

RSC-287

Taquari aguarda resposta do Estado sobre regularização de acessos viários

Prefeito André Brito se reúne amanhã com a Rota de Santa Maria para defender interesses do município e discutir propostas que garantam o andamento das obras

Paulo Cardoso*
centraldejornalismo@grupoahora.net.br
(*) Estagiário. Texto sob supervisão de Mateus Souza

TAQUARI

O município de Taquari aguarda um posicionamento do governo estadual sobre a regularização dos acessos viários na RSC-287. A obra de duplicação, iniciada em 2023, aproxima-se do território taquariense, o que tem gerado preocupação entre os moradores lindeiros e a administração municipal, que mantém contato frequente com a concessionária Rota de Santa Maria, do Grupo Sacyr.

O prefeito André Brito relembra que, durante o processo de licitação, o Estado teria assumido o compromisso de realizar a regularização dos acessos. No entanto, segundo a concessionária, até o momento o governo estadual não se manifestou oficialmente sobre o cumprimento dessa responsabilidade. Cerca de 15 quilômetros da 287 passam pelo interior de Taquari, e a obra é considerada essencial para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

“Não podemos permitir que lacunas nos compromissos assumidos e a demora na resposta



DIVULGAÇÃO

Obra iniciada em 2023 aproxima-se do território taquariense

prejudiquem o andamento dessa obra. É crucial que comecemos a cobrar ativamente”, ressalta Brito. O prefeito também critica a ausência de apoio de outros representantes políticos. “É inadmissível que fiquemos sob tamanha pressão, enquanto os demais níveis da federação postergam suas responsabilidades. A situação não comporta mais delongas.”

Prazo de cinco anos

O trecho em ampliação, entre Tabai e Santa Maria, possui 204 quilômetros de extensão e cerca de mil acessos — a maioria utilizados por produtores rurais e empresas. Conforme Brito, informações repassadas à prefeitura indicam que a concessionária tem um prazo de cinco anos para regularizar 50% desses acessos.

No entanto, a indefinição do Estado sobre quem arcará com os custos levanta dúvidas. “Não sabemos se o Estado se responsabilizará pelo pagamento integral



Não podemos permitir que lacunas nos compromissos assumidos e a demora na resposta prejudiquem o andamento dessa obra. É crucial que comecemos a cobrar ativamente”

ou se o valor será diluído na tarifa do pedágio. Isso precisa ser esclarecido”, destaca.

Com o objetivo de dar celeridade ao processo, Brito se reúne com a Rota de Santa Maria na quarta-feira, 11, para defender os interesses do município e discutir propostas que garantam o andamento das obras sem prejuízos aos moradores e usuários da rodovia.

Polícia Civil cobra retratação de presidente da câmara

Revolta dos agentes ocorreu após publicação em uma rede social, onde Ana da Apama critica ação policial que acarretou em morte de cachorro

Henrique Pedersini
henriquepedersini@grupoahora.net.br

LAJEADO

Há um conflito estabelecido entre a Polícia Civil e a presidente da câmara de Lajeado, Ana da Apama (PP). A vereadora questiona a atuação dos policiais durante a operação que culminou na morte de um cachorro, no bairro Floresta, no fim de maio. Dois representantes da instituição participaram ontem da reunião das comissões e exigiram uma retratação pela vereadora.

Em publicação feita no final do último mês nas redes sociais, Ana pediu explicações sobre a conduta dos agentes. “Qual polícia matou o cachorro sem necessidade, Militar ou Civil? Eram 16 homens e a pessoa pediu para esperar e prender o cachorro, tem testemunha”, postou.

Em meio aos centenas de comentários, posicionamentos fortes contra os policiais, alguns com incitação a violência, o que desencadeou a revolta dos agentes. A vereadora alega ainda que uma vizinha da residência alvo da operação sente-se ameaçada após relatar a situação para a líder do parlamento.

Cobrança

O titular da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco), Juliano Stobbe, confirmou ser o autor dos disparos que provocaram a morte do animal da raça Pitbull. No plenário, foi apresentado um vídeo da ação em combate ao tráfico de drogas.

“Uma pessoa que veicula como verdadeiros fatos ditos por indivíduos que ela sequer conhece. Irresponsável! O Legislativo de Lajeado corre risco com a senhora como presidente”, declarou o policial.

A delegada regional, Shana Luft Hartz, leu parte do diálogo por WhatsApp que teve com Ana e apresentou comentários considerados ofensivos. “Ataques à honra da instituição eu não vou permitir. Temos o aval do comando da Polícia Civil e queremos uma retratação nas mesmas mídias das publicações ou tomaremos medidas cabíveis no âmbito judicial”, afirmou.

Além dos dois agentes que se manifestaram, ao menos outros cinco delegados e demais agentes estavam no plenário.



HENRIQUE PEDERSINI

Delegados participaram da reunião das comissões ontem de manhã



GARCEZ DE SOUZA
Advogados Associados

Com mais de 30 anos de experiência
Departamentos altamente especializados
E-mail: garcezdesouza@uol.com.br
Contato comercial: (51) 3762 1256

DEPARTAMENTO CÍVEL | COMERCIAL

Dr. Jorge Luiz Garcez de Souza
Dr. Giuliano de Souza Orso
Dr. Leonardo Silva de Farias
Dra. Ana Luísa Hertz
Dra. Anna Cláudia Göergen

DEPARTAMENTO TRABALHISTA

Dra. Bárbara Garcez de Souza
Dra. Camila Spiekermann
Dra. Lucinara Titello Serafini
Dra. Anna Cláudia Göergen

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Dra. Anna Cláudia Göergen
Dra. Ana Luísa Hertz
Dra. Ágata Magali da Silva
Dra. Kelly A. R. Marques

DEPARTAMENTO CRIMINAL

Dr. Jorge Luiz Garcez de Souza
Dr. Giuliano de Souza Orso
Dr. Leonardo Silva de Farias

DEPARTAMENTO PREVIDENCIÁRIO

Dra. Bárbara Garcez de Souza
Dra. Maria Becker de Carvalho
Dra. Natália Neves
Dra. Tamara da Silva
Dra. Franciele de Oliveira Santos

UNIDADES DE ATENDIMENTO

Teutônia: Languiru e Canabarro | Lajeado
Bom Retiro do Sul | Cruzeiro do Sul
Estrela | Paverama | Roca Sales
OAB-RS 3.017

PONTE DE FERRO

Reconexão do Vale completa um ano

Estrutura construída em tempo recorde restabeleceu ligação por terra entre cidades, quase 40 dias após a antiga travessia ser parcialmente destruída pela enchente histórica

Mateus Souza
mateus@grupoahora.net.br

Colaboração
Gabriel Santos

LAJEADO/ARROIO DO MEIO

“**C**oragem para fazer o que tem que ser feito”.

Frase que se tornou símbolo da reconstrução em tempo recorde da Ponte de Ferro. Há um ano, veículos voltavam a transitar pela histórica estrutura, parcialmente destruída pela enchente de maio de 2024. Resultado de uma união de esforços por parte da iniciativa privada, capitaneada pela Lyall Construtora, para reconectar o Vale do Taquari.

Foram 39 dias sem que a região contasse com uma ligação direta por terra entre Lajeado e Arroio do Meio. Mais de cinco semanas de improvisos, como as travessias por barcos e botes, além das passarelas instaladas sobre o Rio Forqueta e os longos deslocamentos alternativos pela ERS-129, rodovia com parte de sua extensão ainda de chão batido.

Com a Ponte de Ferro no lugar,

carros de passeio, motos, viaturas e ambulâncias voltavam a ter uma opção de passagem mais rápida, apesar das longas filas formadas em horários de pico. Aos veículos pesados, somente em agosto foi possível retomar a ligação entre as duas cidades, com a abertura da Ponte do Exército.

Hoje, com o trânsito normalizado na ERS-130, o movimento na Ponte de Ferro caiu significativamente. Voltou a ser uma passagem secundária. Quem passa por ela, no entanto, ainda encontra referências da mobilização histórica de um ano atrás, como um cartaz com os dizeres “a obra não para”.

Desafio assumido

Os primeiros movimentos para a reconstrução da Ponte de Ferro começaram dias após a enchente histórica. Naquele momento, em pleno Dia das Mães, o Vale enfrentava uma nova cheia do Rio Taquari. A ideia inicial, de reaproveitar os destroços da ponte que caiu no Rio Forqueta, foi descartada. Duas semanas depois, após uma série de conversas e reuniões, o martelo foi batido.

“Quando assumimos o compromisso, sempre disse que não estávamos apenas construindo uma ponte. Mas sim, reconectando uma região.

Lajeado e Arroio do Meio estavam a praticamente duas horas de distância”, lembra o diretor da Lyall, Roberto Lucchese. A construtora assumiu o desafio de entregar a travessia em um curto espaço de tempo. E conseguiu.

Do dia 25 de maio – data em que foi anunciada a reconstrução – até 9 de junho (inauguração), foram duas semanas intensas, de trabalhos 24 horas por dia. “Todo o time abraçou a causa. Não tinha fim de semana. Podia estar cinco, seis graus, chovendo. A equipe correspondeu. Não tem como mencionar apenas uma pessoa responsável pela obra. Todos fizeram sua parte”.

Da queda à reconstrução

10 de maio 2024

– Movimento tenta resgatar estrutura da Ponte de Ferro que caiu no Rio Forqueta, para colocação no local de origem. Ideia não seguiu porque a estrutura apresentou muitos danos;

25 de maio

– Lyall Construtora assume reforma da Ponte de Ferro, com construção de novo vão. Projeto foi pensado no mesmo modelo da antiga travessia, com previsão de conclusão em 30 dias;

29 de maio

– Equipes trabalham no preparo do entorno, na soldagem das estruturas metálicas e no planejamento para içar o novo vão;

1º de junho

– Etapa de solda das partes metálicas que compõem a estrutura. O serviço foi feito na sede da Altari, em Estrela;

3 de junho

– Primeira parte da estrutura é transportada para as margens do Rio Forqueta;

5 de junho

Segunda parte da estrutura é levada ao local de montagem;

7 de junho

– Ocorre o içamento da ponte para o vão, e é feita a ligação com a estrutura que permaneceu de pé, nas margens em Arroio do Meio;

9 de junho

– Obra da Ponte de Ferro é inaugurada, 39 dias após a antiga travessia ser arrastada pela correnteza.



Ambulância foi o primeiro veículo a cruzar a ponte reinaugurada, em 9 de junho de 2024

FELIPE NEITZKE

Conectamos nossas comunidades
com o **futuro.**

A CERTAJA Energia tem na sua essência o compromisso com a inovação e o desenvolvimento social e econômico das regiões que atende.

Disque Energia ou WhatsApp
0800 541 6185 | certajaenergia.com.br

CERTAJA
ENERGIA

LUCIANE FERREIRA

Jornalista



Para toda ação, uma consequência

“Crianças brasileiras nascidas em 2020 viverão, em média, 6,8 vezes mais ondas de calor e 2,8 vezes mais inundações e perdas de safra ao longo da vida do que as nascidas em 1960”. O dado é do relatório “A Primeira Infância no Centro da Crise Climática”, publicado pelo Núcleo Ciência pela Infância (NCPI).” A notícia publicada na Agência Brasil destaca que o estudo tem como base informações do Observatório de Clima e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que apontam uma escalada contínua dos eventos naturais extremos no Brasil. Os registros aumentaram de 1.779, em 2015, para 6.772, em 2023.

Crianças com a até 6 anos – primeira infância – estão mais propensas a impactos na saúde, nutrição e aprendizado, uma vez que já estão expostas a ondas de calor, poluição do ar, falta de saneamento, etc.

As crianças até seis anos também são as mais atingidas quando ocorre o deslocamento forçado pelos extremos climáticos, como no Rio Grande do Sul em 2024, quando 580 mil pessoas foram desalojadas e mais de 3.930 crianças de até 5 anos foram deslocadas para abrigos públicos. Situação que ocorreu

também no Vale do Taquari.

Segundo os pesquisadores, em 2024, os eventos naturais extremos levaram à suspensão de aulas de 1,18 milhão de crianças e adolescentes. Apenas no RS, foram perdidas 55.749 horas-aula por causa das enchentes e enxurradas, diz o estudo.

Esses impactos da crise climática na fase primeira infância podem comprometer capacidades físicas, cognitivas e emocionais por toda a vida e trazer consequências como maior exposição a doenças, deficit cognitivo e acadêmico, instabilidade econômica, insegurança alimentar, perda de moradia e deslocamentos forçados.

RECOMENDAÇÕES

O relatório recomenda o desenvolvimento de políticas climáticas centradas nas crianças, como o fortalecimento da atenção primária à saúde e melhorias nos sistemas de saneamento básico e oferta de água potável, além do incentivo à segurança alimentar e nutricional.

PERGUNTA

Qual será o legado que vamos deixar para as próximas gerações?

Educação e arte

Bela iniciativa da Administração de Lajeado oportunizar aos estudantes assistirem à peça teatral “Guardiões da Árvore Sagrada”, no teatro Univates. O espetáculo integrou a programação da Semana do Meio Ambiente e contou com a participação de 1,4 mil alunos. A fábula pretende servir como uma janela para o futuro, por onde é possível contemplar os efeitos das ações humanas no presente, revelando as consequências irreversíveis no meio ambiente.



RAFAEL GRÜN/DIVULGAÇÃO

UniSustentável

A Univates integrou-se à Rede Brasileira de Instituições de Ensino Superior para o Desenvolvimento Sustentável (UniSustentável). A rede conta com 31 membros de diferentes regiões do País, os quais promovem troca de boas práticas e articulam projetos em conjunto em prol da responsabilidade socioambiental. Do estado gaúcho, além da Univates, três instituições participam da Rede: a Universidade Federal de Santa Maria, a Universidade Federal do Rio Grande e o Instituto Federal Farroupilha.

Lazer e sustentabilidade

No próximo domingo, 15, ocorre o Gramado Cultural, promovido pelo Núcleo de Cultura da Univates. A programação, das 15h às 19h, no gramado do Centro Cultural da instituição contará com ponto de descarte de resíduos como eletrônicos (incluindo pilhas e baterias), lâmpadas queimadas, garrafas e/ou embalagens de vidro, óleo de cozinha usado e medicamentos vencidos. Ainda terá atrações culturais, food trucks e chimarródromo. Contatos pelo telefone (51) 3714-7000, ramal 5946, ou pelo e-mail cultura@univates.br.

RODOLFO AGOSTINI

Especialista em Direito Público com ênfase em Direito Constitucional e Especialista em Advocacia Criminal



ARTIGO

O direito penal e o futebol brasileiro

O futebol é mais do que um esporte no Brasil — é parte essencial da identidade nacional e do sustento de milhares de profissionais, entre eles os jogadores.

Com a crescente popularização das apostas esportivas, especialmente após sua regulamentação parcial - das quais poderíamos tecer diversos apontamentos, mas não é o objetivo deste, surgem novos desafios para o sistema jurídico, notadamente no campo do Direito Penal. Entre os temas mais sensíveis está a acusação de manipulação de resultados, que tem ganhado destaque em investigações e na mídia.

Entretanto, é essencial reforçar: todo jogador acusado de envolvimento em manipulação de jogos tem direito a uma investigação séria, técnica e respeitosa ao devido processo legal. A responsabilização penal, quando aplicável, deve estar fundamentada em provas robustas, obtidas por meios lícitos, sem julgamentos ou exposição midiática precoce — especialmente diante dos prejuízos irreparáveis que isso pode causar à carreira e à vida do atleta.

O processo deve observar todos os princípios constitucionais, com especial atenção à presunção de inocência e ao devido processo legal, pilares que protegem o cidadão contra arbitrariedades e julgamentos antecipados.

É notório e um tanto midiático, que jogadores vêm sendo investigados por suposta participação em esquemas envolvendo casas de apostas, o que pode ensejar imputações penais diversas.

No entanto, deve-se sempre lembrar que além de uma série de - possíveis - crimes estamos diante de carreiras profissionais, e é preciso lembrar que se trata de vidas profissionais e pessoais em jogo, muitas vezes de jovens em início de carreira, com contratos vigentes, projeção internacional e grande repercussão pública. A simples instauração de um inquérito, quando conduzida de forma inadequada ou apenas midiática ou sem os cuidados necessários, pode destruir reputações e encerrar trajetórias — ainda que o atleta venha a ser inocentado ao final (o que muitos sequer ficam sabendo).

Não se trata de blindar culpados, mas de garantir que inocentes não sejam sacrificados por processos frágeis, provas duvidosas ou julgamentos midiáticos. O processo penal não pode ser palco de espetáculos, mas deve servir, exclusivamente, como ferramenta de apuração da verdade, dentro dos limites legais.

Neste cenário, a presença da advocacia criminal se mostra fundamental. Cabe ao advogado garantir que o atleta seja ouvido com respeito, que tenha acesso aos elementos de prova, que sua versão seja considerada e que não seja tratado como culpado antes de qualquer julgamento.

A defesa técnica deve atuar com firmeza, ética e combatividade desde o início da investigação, sendo voz ativa na preservação dos direitos e da dignidade do jogador.

Por fim, destaca-se que a integridade do esporte é um valor inegociável para o brasileiro, é um amor e sonho de muitos que acaba por movimentar milhões e deve sempre ser tratado com responsabilidade. A responsabilização penal por fraudes deve existir, sim — mas de forma equilibrada, técnica e com total respeito ao atleta e às garantias constitucionais.

A justiça esportiva e a justiça penal só fazem sentido quando andam juntas. A defesa qualificada é a ponte que garante que o futebol continue sendo, ao mesmo tempo, paixão, profissão e Justiça.



Não se trata de blindar culpados, mas de garantir que inocentes não sejam sacrificados por processos frágeis”